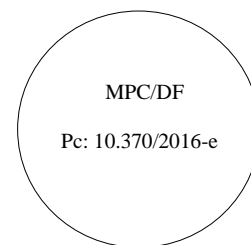




**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**



PARECER: 565/2018– GP1P

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 10.370/2016-e

EMENTA: 1. REPRESENTAÇÃO FORMULADA POR CIDADÃOS. CONTAGEM DE TEMPO PARA FINS DA APOSENTADORIA ESPECIAL DE QUE TRATA A LC Nº 51/85. SERVIDORES CEDIDOS À SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E CIDADANIA – SEJUS. DECISÃO Nº 4592/2016. CONHECIMENTO. DECISÃO Nº 6.104/2017. PROCEDÊNCIA. DILIGÊNCIA. ARQUIVAMENTO. OFÍCIO Nº 143/2018-DGP. DOCUMENTO PARTICULAR. PEDIDO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO ABONO DE PERMANÊNCIA RETROATIVAMENTE. ANÁLISE.
2. A ÁREA TÉCNICA OPINOU PELA **POSSIBILIDADE DE AUTORIZAR A IMPLEMENTAÇÃO RETROATIVA DO ABONO DE PERMANÊNCIA E PROPÔS O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS.**
3. **AQUIESCÊNCIA DO MPC/DF.**

1. Tratam os autos de Representação formulada por cidadãos acerca da possibilidade de extensão dos efeitos e eficácia da r. Decisão nº 5.456/2015 a servidores das carreiras integrantes da Polícia Civil do DF, considerando, para fins da aposentadoria especial de que trata a LC nº 51/85, o período em que permaneceram à disposição da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania – SEJUS como tempo estritamente policial.

2. Na última assentada, o e. **Tribunal** exarou a r. Decisão nº 6.104/2017, considerando procedente a exordial, nos seguintes termos:

*“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – **determinar** à Polícia Civil do Distrito Federal que, **em relação aos representantes, considere**, para fins da aposentadoria especial de que trata a Lei Complementar nº 51/85, **como efetivamente cumprido sob as condições típicas da atividade policial**, o período em que os representantes laboraram na SEJUS sob a égide do Decreto distrital nº 28.212/2007 ; II – **orientar** a Polícia Civil do Distrito Federal **para que ciente**que, por escrito, os servidores das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Policial Civil do Distrito Federal que laborarem em órgãos não integrantes da área segurança pública, acerca da possibilidade de o tempo prestado nestas condições não ser computado, para fins de aposentadoria, na forma da LC nº 51/85; (...).”*

3. Tendo em conta a diligência proposta no r. **Decisum**, a PCDF encaminhou o Ofício nº 143/2018-DGP (peça 36), informando acerca da averbação do tempo de serviço dos servidores em comento, em que laboraram junto à SEJUS, como atividade estritamente policial.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPC/DF
Pc: 10.370/2016-e

4. Em relação a um dos servidores Representantes, Raimundo Fernandes de Sousa Filho, adicionalmente, informou que, com a recontagem do tempo de serviço prestado à SEJUS, o servidor passou a ter direito à aposentadoria antes da data em que efetivamente foi inativado. Dessa forma, solicitou **esclarecimentos** acerca da **necessidade de rever o ato de concessão** e também quanto à possibilidade de **conceder ao servidor abono de permanência retroativo**, solicitando que fosse informado o **momento adequado para eventual pagamento**, a saber, antes ou após o julgamento da legalidade dos respectivos atos pela c. **Corte de Contas**.

5. Na mesma toada foi carreado aos autos requerimento do mencionado servidor (peça 43), em que argumenta que a r. Decisão nº 6.104/2017 garantiu o direito dos representantes ao tempo de serviço especial laborado junto à SEJUS, tempo esse em que deixou de receber o abono de permanência.

6. A análise de competência da Unidade Técnica se deu por meio da instrução de peça nº 48, na qual consignou as seguintes conclusões, **in verbis**:

*“15. Dessa forma, tendo em vista, ainda, que a Decisão nº 6.104/2017 não constituiu o direito à contagem do tempo especial para o servidor, mas considerou procedente representação em face de conduta da Administração e determinou, consequentemente, que fossem adotadas as providências necessárias para o **cômputo do citado interregno, entende-se possível, como efeito da citada decisão, o reconhecimento do abono de permanência retroativamente à data em que seriam implementados os requisitos para a concessão da aposentadoria**, uma vez computado, como tempo especial, o período vindicado pelo representante, observada a prescrição quinquenal por ocasião de eventuais pagamentos, conforme Decisão nº 6.657/2006.”*

7. Ao final, a Divisão de Acompanhamento da Secretaria de Fiscalização de Pessoal formulou as seguintes sugestões ao e. **Plenário**:

“I. tomar conhecimento do Ofício nº 143/2018 – DGP (e-doc 2F12DDC8-c) e do documento particular (e-doc EC059828-c);

II. esclarecer à PCDF que:

a. não há necessidade de revisão do ato de aposentadoria do servidor Raimundo Fernandes De Sousa Filho, já publicado, uma vez que o cômputo autorizado pela Decisão nº 6.104/2017 não possui o condão de afetar o fundamento legal da concessão e tendo em vista que, nesse caso, a vigência da mesma é a data de publicação do ato, e não a data de cumprimento dos requisitos exigidos para a inativação;

b. é possível, como efeito da Decisão nº 6.104/2017, o reconhecimento do abono de permanência retroativamente à data em que seriam implementados os requisitos para a concessão da aposentadoria do referido servidor, uma vez computado, como tempo especial, o período vindicado, observada a prescrição quinquenal quanto aos pagamentos, conforme Decisão nº 6.657/2006;

III. autorizar o arquivamento do presente feito.”



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPC/DF
Pc: 10.370/2016-e

8. Os autos foram, então, encaminhados ao **MPC/DF** para manifestação consoante o r. Despacho Singular nº 175/2018 – GCMM (peça 49).

9. Após este breve relato, passo à análise do presente feito, informando, preliminarmente, que atuo nos presentes autos em **substituição**, consoante o disposto na Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na r. Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF.

10. As considerações utilizadas pela zelosa Unidade Técnica para fundamentar as conclusões já transcritas passam pelo entendimento de que o reconhecimento do tempo prestado à SEJUS como atividade estritamente policial, bem como eventual pagamento de abono de permanência em razão do cômputo do citado interregno, **não acarretam a necessidade de revisão do ato de aposentadoria** já publicado, uma vez que **não afeta o fundamento legal** da concessão.

11. Acerca do mérito do pedido do servidor, o Órgão Instrutivo pontuou que, a rigor, a norma concessiva de direitos deve ser interpretada restritivamente. Por outro lado, no caso ora analisado, o direito ao abono de permanência **decorre logicamente** da própria deliberação plenária autorizadora do aproveitamento do tempo para aposentadoria especial.

12. Além disso, ressaltou que o Pretório Excelso possui jurisprudência firme no sentido de que, **uma vez preenchidos os requisitos para o recebimento do abono, esse direito não pode estar condicionado a outra exigência**. Assim, seria possível o pagamento retroativo à data do implemento das condições para a concessão de aposentadoria ainda que não tenha havido requerimento à época.

13. Nesse sentido, colacionou excerto da decisão monocrática da lavra do em. Min. **Alexandre de Moraes** no bojo do ARE 724.835/AM, em que se discutia a possibilidade de pagamento de abono de permanência retroativamente à data do cumprimento dos requisitos para a aposentadoria:

“O Tribunal de origem não divergiu do entendimento firmado por esta Corte no sentido de que não é necessário o prévio requerimento administrativo para a concessão do abono de permanência. Nesse sentido:

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. ABONO DE PERMANÊNCIA. EXIGÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. 1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal concluiu que, uma vez preenchidos os requisitos para o recebimento do abono de permanência, esse direito não pode estar condicionado a outra exigência 2. Agravo interno a que se nega provimento. (RE 648.727-AgR, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, DJe de 22/06/2017)



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

MPC/DF
Pc: 10.370/2016-e

Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO AGRAVO. (ARE 724.835, Rel. Min. ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 01.08.2017) (sem grifos no original)”

14. O referido entendimento também tem sido adotado pelo e. **TJDFT**, conforme precedente apresentado na instrução, **in verbis**:

“DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO DISTRITAL. ABONO DE PERMANÊNCIA. CONCESSÃO. REQUISITOS. PREENCHIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. DATA DO IMPLEMENTO DOS REQUISITOS PARA A APOSENTADORIA, E NÃO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO (EC 41/2003, art. 3º, § 1º). APERFEIÇOAMENTO DOS REQUISITOS. ASSEGURAÇÃO DA VANTAGEM DESDE QUANDO IMPLEMENTADOS. APELAÇÃO. PEÇA RECURSAL. ARGUMENTAÇÃO ADEQUAÇÃO. APTIDÃO TÉCNICA.

1. A peça recursal que, valendo-se dos argumentos originalmente formulados pela parte ao se defender, arrosta criticamente a resolução empreendida pela decisão recorrida, defendendo sua reforma, supre o que lhe é exigido no tocante à devolução a reexame das matérias resolvidas e à desqualificação do acerto do resolvido mediante argumentação técnica e coadunada com o resolvido, ensejando que o recurso seja conhecido e resolvido mediante cotejo do que alinhavara com o originalmente decidido (CPC, art. 514, II e III).

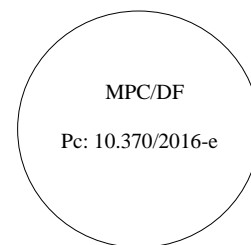
2. Consoante se extrai do § 19 do artigo 40 da Constituição Federal, ao servidor público que preenche os requisitos para obtenção da aposentadoria voluntária e, não obstante, opta por permanecer em atividade, passa a fazer jus ao pagamento do abono de permanência equivalente ao valor da contribuição previdenciária devida, derivando dessa regulação que os requisitos para que o servidor faça jus a referido abono são apenas dois: o implemento das condições da aposentadoria voluntária e a opção pela permanência em atividade.

3. Implementados os requisitos para fruição do abono de permanência - implementação dos pressupostos para aposentadoria voluntária e opção por permanecer o servidor em atividade -, a vantagem deve ser assegurada pela administração pública de imediato, independentemente de postulação proveniente do servidor, derivando que, incorrendo em inércia, o fato de o servidor postular a vantagem em momento subsequente ao implemento dos requisitos determina que lhe seja assegurado com efeitos pecuniários retroativos ao momento do aperfeiçoamento dos requisitos legais.

4. A apreensão de que o servidor público somente faz jus ao abono de permanência a partir do requerimento administrativo, sem retroação dos seus efeitos à data do preenchimento das condições para fruição da vantagem, não se coaduna com o princípio da legalidade, pois encerra limitação ao direito constitucionalmente resguardado não derivada da disposição que o criara e implica vantagem pecuniária indevida ao erário público, pois encerraria a limitação da vantagem pecuniária à margem do direito positivado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**



5. Reexame necessário e apelo voluntário conhecidos e desprovidos. Unânime. (TJDFT – 2013.01.1.0611053, Rel. TEÓFILO CAETANO, Julgamento: 03.09.2014, 1ª Turma Cível, DJe: 17.09.2014)”.

15. Por fim, sustentou que tais precedentes deixariam claro que **a opção pela permanência em atividade não precisaria necessariamente ser expressa**, formalizada por meio de requerimento administrativo, uma vez que tal providência seria **prescindível** para fim da definição do termo inicial para pagamento do benefício, **bastando**, para tanto, **que o servidor efetivamente permaneça em atividade** uma vez cumpridos os requisitos para inativação.

16. No âmbito do e. **Tribunal**, verifico que o entendimento **caminha nesse mesmo sentido**, tomando como referência precedentes contidos nas r. Decisões nºs 5/2014 e 56/2017. Naqueles casos, servidores portadores de deficiência física solicitavam o reconhecimento do direito à aposentadoria especial e, conseqüentemente, ao **abono de permanência a incidir não apenas após o requerimento administrativo, mas desde a data do preenchimento dos requisitos** para aposentadoria.

17. **O termo inicial** para pagamento do abono de permanência é, portanto, segundo entendimento da e. **Corte de Contas**, o momento em que o servidor **implementa as condições** para requerer a aposentadoria.

18. Dessa forma, a jurisprudência se mostra favorável ao pleito do servidor, o que permite concluir pela **adequação do posicionamento** apresentado pela diligente Unidade Instrutiva quanto à **possibilidade de implementação do abono de permanência retroativamente** à data de preenchimento dos requisitos para aposentadoria, **observando-se a prescrição quinquenal quanto aos pagamentos**.

19. **Ex positis**, este **Parquet** especializado apresenta entendimento **convergente** com aquele manifestado pela percuciente Unidade Técnica, sugerindo o **acolhimento** das sugestões alvitadas.

É o Parecer.

Brasília, 9 de julho de 2018.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador Substituto